
RESENHAS





FELDMEIER, Reinhard; SPIECKERMANN, Hermann. O Deus dos Vivos: uma doutrina bíblica de Deus. São Leopoldo: Sinodal, 2015.

Wilhelm Sell¹

A obra de título original *Der Gott de Lebendigen: Eine biblische Gotteslehre*, publicado no Brasil pela Editora Sinodal sob a coordenação do Fundo de Publicações Teológicas do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdades EST sob o nome *O Deus dos vivos: uma doutrina bíblica sobre Deus*, traz uma importante e significativa contribuição ao cenário do estudo bíblico-teológico brasileiro. A empreitada na qual os autores se enveredam é, por si só, admirável, visto o risco de afirmações tais como a do próprio subtítulo da obra: uma doutrina bíblica de Deus. A pergunta inicial poderia ser da possibilidade de harmonizar os relatos bíblicos para formação de uma doutrina. No entanto, os autores se mostram bastante lúcidos e identificam mudanças doutrinárias no próprio relato bíblico, as quais são tratadas, na maioria das vezes, como crescimento e desenvolvimento da compreensão sobre Deus, e noutros momentos deixando sabiamente lacunas em aberto. Essa intenção se mostra no próprio prefácio dos

¹ Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB em Palhoça/SC. Mestre em Teologia pela Faculdades EST. Doutorando em Teologia - Bolsista da CAPES. E-mail: wilhelm.sell@luteranos.com.br.

autores quando dizem que a ideia da obra é “apresentar o conhecimento sobre o Deus da Bíblia cristã como projeto coerente”. A obra se apresenta de maneira bastante densa, principalmente pela preocupação dos autores em se mostrarem cientes das pesquisas mais atuais que estão envolvidas nos mais diversos assuntos tratados.

A estrutura da obra está dividida em dois grandes blocos: Fundamento e Desenvolvimento. Na primeira parte, ao que se percebe, a ideia foi a de lançar as bases para compor o “retrato de Deus”, para então falar, na segunda parte, sobre a “ação de Deus”.

No bloco sobre Fundamento, para Feldmeier e Spieckermann, Deus em sua essência se mostra como aquele que se relaciona com as pessoas. Desse relacionamento brota, a partir da experiência, o conhecimento sobre Deus. Esse, por sua vez, se desenvolve de maneira progressiva, a exemplo do processo de monolatria para monoteísmo. Esse progresso tem um caráter unificador de distintos povos, além de gerar o compromisso de amor com o único Deus. Nessa aliança de amor fica óbvio que outros deuses só podem ser julgados como perigosos intrusos. A unicidade de Deus é uma unicidade com “exclusividade relacional”. Para os autores, a compreensão trinitária revela também essa vontade de se relacionar. Chama atenção o fato de que a trindade é defendida como um desdobramento doutrinal do NT na igreja e não posterior como entendia o Iluminismo. O tetragrama tem importância dentro do AT, também na correspondência com o termo *Kyrios* usado na própria identificação de Jesus Cristo. Nesse sentido, no NT não é possível então falar da divindade de Deus sem considerar o Filho. Deus só é Deus como Pai do seu Filho e das suas crianças adotadas pelo Espírito do Filho (Gl 4.5). Em Jesus Cristo inaugura-se uma nova experiência de Deus como Pai. Principalmente na unidade do Pai com o Filho, no qual também os crentes são integrados.

Com exatidão os autores rompem com a compreensão clichê de distinção entre um Deus que se apresenta irado no AT e a de um Deus de amor no NT. Em toda a Escritura se mostra a relação do amor objetivo de Deus para com o povo e subjetivo do indivíduo para com Deus. Chama atenção a tentativa dos autores de redefinir a percepção comum de Deus como Todo-Poderoso. O termo não deveria levar a uma compreensão abstrata desta característica, mas a perceber seu desdobramento no comprovado amparo e proteção, isto é, a partir da relação.

Na última parte da fundamentação, Feldmeier e Spieckermann, ainda

fazem a caracterização do desenvolvimento na compreensão do Espírito, de maneira bem significativa para a importância deste surgida principalmente no período pós-exílio. Esse desenvolvimento se dá progressivamente até a identificação do Espírito como ser de personalidade própria. Assim, sua compreensão é remetida como *Ruah* que dá ao ser humano o fôlego de vida, se faz presente na Criação como Deus vivificador e santificador. Portanto, o Espírito não é somente mediação da presença de Deus, mas o próprio Deus presente com seu amor e compaixão. É a representação poderosa do próprio Deus, é força protológica e soteriológica para criar, preservar e renovar totalmente o mundo, no tempo e na eternidade. O Espírito, pelo seu “derramar” fundamenta pelos dons a relação dos crentes enquanto um só corpo e, assim, representantes do próprio Cristo.

Os autores iniciam o segundo bloco de sua obra esmiuçando o relato da criação, o qual, aliás, não recebe caráter histórico-científico, mas doxológico. Nessa perspectiva é entendido que a natureza do pecado é o mal que está presente potencialmente por causa da liberdade. O mal não tem sua origem em Deus! Defendem a *Criatio Continua*, percebendo na obra de Cristo a continuação da própria criação. Segundo os autores, a compreensão de culpa por causa do pecado, toma maior intensidade no período pós-exílico (Lv. 15ss), o que leva à elaboração de uma “teologia da expiação”, porém sem caráter vicário. Essa compreensão culmina na teologia da cruz de Cristo. Sua vida e morte foi o cumprimento de seu caminho. Ele próprio, Jesus, entende sua doação de vida como completude do seu empenho em favor da reconciliação entre Deus e muitos. Recebe o cálice da ira divina. “Ele sofre abandono (Mc 14.41 par. Mt 26.39; Lc 22.42) e, não obstante, continua contando que o Deus que o entrega permanece sendo “Abba Pai” (Mc 14.36) e “meu Deus” (Mc 15.34).” (p. 337). O serviço do Filho culmina na vida.

Interessante notar que os autores possuem uma interpretação antimística da justificação ao afirmá-la explicitamente como ato frente, acentuando decisivamente a “diferença infinita” entre criador e criatura e descartando qualquer presença divina *in nobis*. Há, para os autores, uma alegre permuta, *beatum commercium*, formulação que lembra o reformador Martim Lutero, uma permuta bem aventurada onde o pecador recebe participação da justiça de Deus pelo fato do Filho ser feito vicariamente pecado pelo Pai. Nesse sentido, ao contrário do forte acento encontrado em Hebreus, onde a morte de Cristo é interpretada culticamente como sacrifício de sangue para expiar o pecado, os autores chamam atenção quando colocam o Pai junto, por trás do Filho. Nesse sentido Deus não é

como alguém que irado reclama um sacrifício, mas como aquele que, em amor, oferece ao mundo o que lhe é mais próprio. Fica claro assim que o mal é vencido a partir do próprio Deus, na medida em que ele próprio, em união com o Filho suporta a morte como “o salário do pecado”, percepção mais paulina. Assim, a história da paixão é promessa da presença de Deus no sofrimento e, com isso, o sinal da esperança de que o sofrimento e a morte não ficarão com a última palavra.

A partir dessa nova situação de reconciliação por parte de Deus, os autores lidam com o tema do consolo de Deus por meio da aliança estabelecida. Deus não se mostra indiferente ao ser humano. A paixão de Deus por sua criação não tolera nem a traição de amor por parte de suas criaturas nem seu sofrimento, seja por culpa própria ou pelo êxito do mal no mundo. Por essa razão, Deus estabelece a comunicação por meio do mandamento e oração. No entanto, o centro gravitacional dos Mandamentos não está em proibir, mas nas exigências salvíficas de Deus, assim como no centro da oração não está o lamento, mas o louvor. Por meio dos mandamentos Deus revela seu cuidado para que a vida e a salvação estejam em estado de preservação diante das ameaças existentes. Os mandamentos são entendidos como forma de vida que dá forma à relação com Deus. A oração é a certificação do fundamento de vida em agradecimento e confissão de culpa. A partir de Mt 5.13-16, os autores chamam atenção para o fato de que os mandamentos não são imperativos éticos pessoais, mas são direcionados à comunhão daqueles que seguem Jesus e se transformam em “luz para o mundo” e “sal da terra”. Esse entendimento está em estreita relação com a vivência do amor que implica levar o outro até a presença de Deus. Os autores chamam atenção para a perspectiva de Paulo para a lei: a lei é decorrente da promessa e não sua condição! Os autores também destacam o juízo de Deus para aqueles que desprezam a obra vicária de Cristo estando “dentro do corpo” (Mt. 25), como também fora dele (Ap. 17.5).

Na conclusão da Obra, os autores caracterizam Deus como Deus dos vivos. Evidenciam isso por meio das Escrituras que testemunham a ressurreição de Cristo, que, por sua vez aponta para Deus como salvador do seu povo. Também se faz presente como Deus dos vivos na sua ocultação, como fica evidente nas predições de sofrimento e ressurreição do próprio Filho. A justificação em Cristo é a experiência do Deus dos vivos que restitui a própria criação. Assim, a relação desse Deus é de amor que faz brotar a vida; de uma história de desgraça faz brotar a história de salvação.

Por fim, a obra O Deus dos vivos é fonte para contínua pesquisa

e ruminação. Os autores conseguem, diante de todas as dificuldades que tal empreitada impõe, trazer aos seus leitores uma relevante doutrina bíblica de Deus que dá condições de continuidade na pesquisa e entendimento.